

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8 72

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

Alane Maria da Silva

Marilene Bizerra da Costa

DOI 10.22533/at.ed.6051922018

CAPÍTULO 9 83

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

DOI 10.22533/at.ed.6051922019

CAPÍTULO 10 94

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Welington Júnior Jorge

Izaque Pereira de Souza

Aline Evelin Fabrício Macedo

Ana Paula de Souza Santos

DOI 10.22533/at.ed.60519220110

CAPÍTULO 11 105

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60519220111

CAPÍTULO 12 117

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

Daniel Neto Francisco

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo

Lamounier Erthal Villela

DOI 10.22533/at.ed.60519220112

CAPÍTULO 13 130

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

Evânia Maria Oliveira Severiano

Maria Luiza Fernandes Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.60519220113

CAPÍTULO 14 141

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Fabrício Brito do Amaral

Maria Fernanda Brito do Amara

Deusiney Robson de Araujo Farias

DOI 10.22533/at.ed.60519220114

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA” <i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i> <i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA <i>Sintia Luz</i> <i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS <i>Micheline Ramos de Oliveira</i> <i>Eduardo Guerini</i> <i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL <i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS <i>Aline Cunha da Fonseca</i> <i>Cristine Jaques Ribeiro</i> <i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i> <i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS <i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i> <i>Igor de Souza Soares</i> <i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i> <i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA <i>Carina de Santana Alves</i> <i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLICIA”

Maria de Fátima Pereira Lessa

Universidade Federal de Mato Grosso/
PPGPS

Cuiabá - Mato Grosso

Ivone Maria Ferreira da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso/PPGPS

Cuiabá- Mato Grosso

RESUMO: Este artigo faz uma reflexão sobre o papel da mídia local na construção do medo coletivo. Como são produzidas, as notícias revelam uma espécie de conluio entre Estado e a imprensa. Buscando construir empiricamente nosso objeto trabalhamos com a questão da Segurança Pública com recorte na Operação Bairro Seguro implantado em Mato Grosso a partir de abril de 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia local, medo social, bairro seguro MT

ABSTRACT: This article reflects on the role of local media in the construction of collective fear. As they are produced, the news reveals a kind of collusion between the State and the press. Seeking to construct our object empirically we work with the issue of Public Safety with cuts in Operation Bairro Seguro deployed in Mato Grosso from April 2016.

KEYWORDS: Local media, social fear, MT safe neighborhood

1 | INTRODUÇÃO

A literatura sobre violência, medo social e notícia evidencia que os medos reais ou produzidos são tensionados pela existência de uma mídia globalizada que ao mesmo tempo em que se alimenta das ocorrências propõe leituras da realidade de acordo com seus interesses.

A partir dessa compreensão, este artigo traz como tema central a construção do medo coletivo na imprensa local, categorias que levamos em consideração em nosso objeto de estudo de Mestrado em Política Social. Para sua materialização, recorreremos a fontes bibliográficas e documentais que nos forneceram informações sobre o objeto que elegemos para estudo.

Foram analisadas notícias veiculadas em dois jornais generalistas locais, no período de abril a dezembro de 2016, notadamente as que tratam da “Operação Bairro Seguro”, proposta do governo para resolver a questão de segurança pública em Mato Grosso. O estudo justifica-se pela escassez de produções sobre o assunto. Desta forma, será estruturado de modo a discutir, num primeiro momento, as notícias e o medo coletivo, a política de segurança pública implementada a partir de 2016 para em seguida analisar a cobertura da mídia local, neste caso de Cuiabá (MT).

Não é pretensão contemplar, com isso a totalidade da investigação, mas, sobretudo refletir uma preocupação do ponto de vista científico, no sentido de buscar uma explicação, repensando e voltando atrás na história, sobre esse agente – a imprensa.

2 | A CONSTRUÇÃO DO MEDO SOCIAL

Diariamente a sociedade é colocada frente a uma realidade criada pela imprensa que no seio da sociedade moderna, assume “um papel estratégico capaz de mais provocar medo do que informar” (MORETZSOHN 2000). Uma prática totalmente contrária do que aconteceu no século XVIII, quando a imprensa era, sobretudo, arma na luta política, estreitamente identificada com as questões sociais, comprometida com a ‘verdade dos fatos’ voltada para o esclarecimento da sociedade e fiscalização do Estado, segundo os pensadores atuantes do Século das Luzes, o nome Século das Luzes decorre da contraposição ao período medieval, nominado Era das Trevas.

No tratamento teórico da mídia, o medo é um aspecto importante como um produto de uma sociedade à beira da barbárie, e que se desumanizou pelos processos de reprodução das relações sociais capitalistas. Uma mídia globalizada, que ao mesmo tempo, em que se alimenta das ocorrências propõe leituras da realidade de acordo com seus interesses.

Foi Ianni (1985, p.17) que nos possibilitou entender que a análise do regime capitalista de produção não deve ser restrita às relações econômicas. Ele nos esclarece ainda, que Marx apanha os fatos como acontecimentos sociais totais, nos quais sobressaem o econômico e o político, como duas manifestações combinadas e mais importantes das relações entre as pessoas, grupos e classes sociais. E nesse cenário, de conflito de classes, o papel da imprensa tendo sido importante, em determinado momento escondendo-o e, em outros, colocando em destaque e dando voz a quem lhe interessa.

Antes de prosseguirmos, necessário observar que entendemos que a ‘contribuição’ da mídia na construção do medo social não se limita, porém, aos eventos policiais. Ele é construído, disseminado e sedimentado diariamente nas várias editorias - de economia, da política e naquela que trata dos temas cotidianos - com notícias de cunho negativo. Partimos do entendimento, concordando com Moretzsohn (2000), que as notícias negativas estão relacionadas a fatos - catástrofes, acidentes, doenças, crimes e crises - que geram “sentimentos negativos” – tais como medo, raiva, insegurança, tensão e descrédito.

Pastana (2003) entende que a maneira sensacionalista como a imprensa divulga assuntos relacionados à violência estimula “a curiosidade, a intolerância e, por fim, o próprio medo” (IBID, p. 73).

Sobre a taxa de êxito que o jornalismo tem alcançado nessa empreitada, pode

ser citada uma pesquisa recente que mostrou que a imprensa foi responsabilizada pelo aumento, nos Estados Unidos, do número de infartos sofridos por pessoas que abandonaram ou não iniciaram tratamentos à base de estatinas para controlar o aumento do colesterol. Os autores relatam que a cobertura de notícias questionando o equilíbrio risco-benefício de estatina foi associada a um aumento no número de pacientes que pararam de tomar esses medicamentos no Reino Unido. O estudo diz:

Após a cobertura da mídia, não houve mudanças no início da estatina entre aqueles com uma nova indicação registrada, mas um aumento de 11% e 12% na probabilidade de usuários existentes interromperem seu tratamento, para a prevenção primária e secundária, respectivamente. Estes efeitos podem resultar em mais de 2000 eventos cardiovasculares extra em todo o Reino Unido durante um período de 10 anos (BELLUZ,2013, tradução livre da autora).

Entre nós, uma pesquisa realizada na Faculdade de Saúde Pública da USP demonstrou que a imprensa, a despeito do discurso da isenção e imparcialidade, foi responsável por várias mortes decorrentes da excessiva vacinação no final dos anos 2000, quando a febre amarela fora mostrada, de forma nauseante e esmagadora, como uma ameaça invencível. Cláudia Malinverni demonstrou que o discurso das reportagens e artigos publicados foi equivocado. Ela tratou o ocorrido como “epidemia midiática”, constatando que o país vivia uma epizootia, que caracteriza a manifestação contagiosa da doença em animais, e não uma epidemia:

Em decorrência da “epidemia midiática”, houve um exponencial aumento da demanda pela vacina contra a febre amarela. Dados do Ministério da Saúde mostram que o Brasil distribuiu, em média, entre 15 e 16 milhões de dose da vacina ao longo de 12 meses. Somente naquele período (verão 2007/2008), ao longo de 40 dias, o governo distribuiu mais de 13 milhões de doses. “Um dos três produtores mundiais da vacina credenciados pela OMS, o Brasil chegou a suspender a exportação do imunobiológico. Contudo, o maior problema relacionado ao aumento da demanda vacinal foi a ocorrência, em 2008, de 8 casos de reação adversa grave à vacina, dos quais 6 foram a óbito. Três dessas mortes foram por doença viscerotrópica, a mais grave reação. (AGÊNCIA USP DE NOTÍCIAS, 2012).

Estudos de Garcia (1999); Moretzsohn (2002); Caldeira (2003) e de Guéron (2009) e outros indicam que no Brasil o medo tem como principal instrumento de divulgação a mídia, com suas notícias descontextualizadas e apelativas que, diariamente, dita as regras da sociedade, numa clara demonstração de força no intuito de mobilizar multidões. As narrativas jornalísticas geralmente desvirtuam o senso comum, através da dominação e manipulação das pessoas pelas informações que, nem sempre, são totalmente verdadeiras. Os órgãos noticiosos criam a onda, não no sentido de que inventam os crimes, mas no sentido que dão forma e conteúdo determinados a todos os incidentes que reportaram (MARK FISHMAN, 1990 apud MORETZSOHN, 2003).

Conforme Lima: as pautas sobre violência tem sido uma opção estratégica de sobrevivência. Diz ele que “pautar preferencialmente o negativo se transformou, para além da política, em estratégia de sobrevivência empresarial”. Corroborando nesse

sentido, Oliveira (2005, p. 19), afirma que “quanto mais ‘apelativa’ a matéria veiculada, maiores têm sido as chances de que isto se reverta em incremento de audiência e do patrocínio”.

“Os principais telejornais exibidos na televisão brasileira (...) estão se transformando em incansáveis noticiários diários de crises, crimes, catástrofes, acidentes e doenças de todos os tipos. Carrega-se, sem dó nem piedade, nas notícias que geram sentimentos negativos (LIMA, 2015)

Segundo Glassner (2003, p.100) em face da opção por esse tipo de estratégia, o jornal prefere abordar tendências como de estudantes violentos ou de motoristas furiosos no trânsito - ao invés da desigualdade social, da falta de escolas ou saúde para todos - fomentando o medo, a exclusão. Para o autor, as empresas estão de olho na obtenção de lucros. Em entrevista ao jornal O Povo, de Fortaleza (CE), ele enfatiza que “o medo dá lucro, lucro para a mídia sensacionalista que extrai audiência da dramatização e da espetacularização de casos específicos”.

Ianni (1998) avalia que o domínio, dessa prática jornalística, “leva consigo uma guerra silenciosa e sem fim, de maneira irresponsável contra a cidadania e contra a democracia”. O noticiário mantém uma campanha inquebrantável contra tudo o que possa ser fenômenos de direitos, em que o coletivismo é substituído pelo individualismo (IBID., p. 17).

Nosso estudo constatou, a exemplo do estudo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), que as notícias sobre violência são sempre relatadas como acasos, sem uma história anterior. O estudo da Andi aponta, por exemplo, que quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência, “os assuntos se esgotam como se fossem caso de polícia”, sempre. O mesmo estudo pode ser usado como referência sobre o comportamento dessa mesma imprensa quando a pauta trata das organizações dos trabalhadores, de moradores de rua, de sem teto e sem terra considerando que são sempre tratados como caso de polícia.

2.1.Cotidiano e o Medo

Estudos apontam que um dos maiores problemas na sociedade moderna é o medo generalizado, o medo construído. O medo pode vir de qualquer canto, da insegurança e dos crimes violentos. Pode ser motivado por situações reais veiculadas pelos meios de comunicação ou pela fala do crime (CALDEIRA, 2003) que induz ao imaginário que por sua vez obriga as pessoas a mudarem seus ritmos e sua dinâmica de vida. Essas situações alimentam e são alimentadas por aquilo que Pastana (2005) denomina indústria do medo.

A indústria do medo é aquela que trata da produção de equipamentos de segurança pessoal e patrimonial, oferta de serviços de segurança privada, serviços de seguros pessoais e patrimoniais, comércio de armas e serviços e proteção pessoal. –

Enquanto o PIB brasileiro teve uma queda de 3,8% em 2015 e de quase 4% em 2016, dados da Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) indicam que o faturamento do setor em 2015 chegou a R\$ 50 bi, o que representa um avanço nominal de 8,6% sobre 2014. Em dez anos o crescimento foi de 230% (GAÚCHAZH ONLINE, s/p. 2015).

O medo tomado aqui como construído socialmente (BAIERL, 2004; PASTANA, 2000; REGUILLO, 1998) encontra-se incorporado ao modo de viver nas cidades e lidera as pautas da mídia, determinando mudanças no comportamento e hábitos sociais, fomentando e fortalecendo a cultura e a indústria do medo. Conforme Caldeira (2003) exemplos de como o medo têm influenciado nas vidas em comunidade são muitos: o aumento de shopping centers, condomínios residenciais fechados (horizontal e vertical) nas médias e grandes cidades e casas engradeadas, o que a autora denomina de enclaves fortificados - enclaves são espaços privatizados, fechados, monitorados destinados à residências, lazer, trabalhos e consumo (Ibid. 2003, p.10); redução do número de pessoas que saem de casa, que deixam de frequentar cinemas, bares e restaurantes (Ibid.,p.13). Esse cenário coloca em evidência outros fenômenos: o crescimento visível das empresas privadas de segurança e o elevado número de armas de fogo em circulação. Em 2013, a ONG Rio pela Paz estimava que circulavam no Brasil 17,6 milhões de armas. Em 2010 eram 16 milhões Ou seja, as pessoas são obrigadas a ajustarem seu comportamento à nova realidade e reorientarem para conviver com o medo e a insegurança (PASTANA, 2005, p.185). Bauman (2008) ensina que

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivos claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. “Medo” é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, cessá-la estiver além do nosso alcance. (IBID., p.8)

Boldt (2013) acentua

No século XXI, o medo se tornou base de aceitação popular de medidas repressivas penais inconstitucionais, uma vez que a sensação do medo possibilita a justificação de práticas contrárias aos direitos e liberdades individuais, desde que mitiguem as causas do próprio medo (IBID., p.96).

Baierl (2004) evidencia que o

Medo social é o medo produzido e constituído em determinados contextos sociais e individuais, por determinados grupos ou pessoas, com vistas a atingir determinados grupos ou pessoas, dominar e controlar o outro, e grupos através da intimidação e coerção (IBID.,p. 48).

Baierl (2004) também avalia que o medo é sinal de alerta e aviso de perigo

– e não a reação e os comportamentos advindos desse sinal. Para a autora, “as reações aos medos não são naturais, são reações apreendidas e condicionadas sócio culturalmente”. “As pessoas apreendem ao longo de suas vidas a reagir de determinadas maneiras frente a acontecimentos fatos”, analisa a autora. Portanto, “outra distinção a ser feita é de que o medo não pode ser confundido com violência e com as formas de reação a ele” (ibid.,p.39) afirma.

Conforme Caldeira (2003,p.20), o medo é agravado pela forma como os índices de violência “são veiculados e tratados pela mídia, pela fala corriqueira do crime e principalmente, pela ineficiência e impunidade no papel da polícia e do Estado frente à questão social”.

Em seu livro “*Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*, Caldeira (2003, p.9) menciona que a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas gerando novas formas de segregação espacial e a discriminação social. Isso significa uma nova maneira, encontrada pela classe mais rica, de afastar-se dos mais pobres, vistos, pelo senso comum, como os culpados por todos os males.

Para Borges (2009) a visão exagerada da insegurança, do medo e do aumento da criminalidade constatado nas notícias jornalísticas, está relacionada com “as estratégias de controle social e de segurança dirigidas contra as classes populares, moradores de favelas e de periferias, através de campanhas de lei e ordem, legitimadas por processos de ideologização articuladas a partir de veículos de comunicação de massa” (BORGES, 2009, p. 15). O autor considera que enquanto esse debate se mantiver na mídia, não passaremos a um Estado de direito.

Estudos realizados por diferentes autores discutem a relação imbricada entre mídia e medo. Entre alguns analistas a visão é de que o medo tem como principal instrumento de divulgação a mídia com suas notícias descontextualizadas e apelativas que diariamente dita as regras da sociedade numa clara demonstração de força no intuito de mobilizar multidões (GUÉRON, 2009). Para Moretzsohn (2000,p.12/13), a imprensa desvirtua o senso comum através da dominação e manipulação das pessoas com informações que, nem sempre, são totalmente verdadeiras. Na opinião de Guéron, o efeito do discurso atinge seu objetivo quando o leitor, ouvinte ou telespectador passa moldar seu comportamento atitude partir do que ouve, ler ou ver. [...] É como se o noticiário produzisse palavras de ordem implícita: “como você não está odiando o criminoso?” ou “como você não está interessado e informado desse assunto” (IBID.,p. 463).

Conforme Moretzsohn (2000), as notícias apelativas e, na maioria das vezes, fabricadas, tendem a naturalizar a violência ocultar os jogos de interesses políticos e econômicos ou simplesmente reduzir a violência ao seu caráter criminal (IBID.,p.13).

Cumprir referir que os acontecimentos apresentados nos noticiários de maneira seletiva, fragmentada, descontextualizados, reordenados contrários quanto a sua relevância, seu papel e seu significado e, na maioria das vezes, onde partes reais

são substituídas por versões opinativas sobre essa mesma realidade, expressam interesses que vão além da mera informação, para converter-se em aríete para alcance de objetivos de poder. Especificamente, uma espécie de rede que, a despeito das várias formas que adquire, é sempre lançada para aprisionar mentes e corações e servir à construção do medo social ou do medo coletivo.

E nessa rede de interesses a única oportunidade ofertada ao leitor é a de consumir, como critério de ação, a opinião que lhe é imposta, sem que lhe sejam igualmente dados os meios de distinguir ou verificar a distinção entre informação e opinião. A informação, quando existe, “serve apenas de mera ilustração exemplificadora da opinião” (ABRAMO, 2000,p.31).

2.2.A produção da notícia

A tendência à unidade e à uniformidade das notícias veiculadas pela mídia mato-grossense acentua as temáticas: medo/segurança/criminalidade. A par dessa perspectiva, passamos a verificar que a visão excessiva, já mencionada, da insegurança, do medo e do aumento da criminalidade imposta pelas notícias relaciona-se com as estratégias de controle social e de segurança, dirigidas contra as classes populares (BORGES, p.13/14) e balizadora das ações violentas do Estado.

A maioria das notícias produzidas inicia destacando os altos índices de crimes manipulando informações, sempre comparando com anos anteriores e/ou com outros países. Aproveitam das limitações do leitor, ouvinte e telespectador para vender o medo. Um exemplo é essa notícia sobre uma pesquisa apontando a redução de homicídios em Cuiabá, mas o destaque foi dado a outro ponto:

Cuiabá foi a 2ª cidade mais violenta do mundo em 2015, aponta ONG. Estudo foi divulgado pela organização mexicana Seguridad, Justicia y Paz. Das 50 cidades do ranking, 21 estão no Brasil; Fortaleza é a 12ª colocada. [...] entre 2014 e 2015, a região metropolitana de Cuiabá produziu melhora em sua posição no ranking graças à redução de 11,77% no número de homicídios e ao aumento populacional de 2,65% (G1MT, jan.2016).

Palavras como violência, criminalidade, cracolândia, bandido, drogado, são reproduzidas diariamente. Conforme Glassner (Ibid.,p.13) apud Lima (p.7) a repetição exaustiva - vai consolidando uma lógica que termina por se transformar numa realidade ou numa verdade acreditada. Assim, a sociedade passa a aceitar medidas repressivas como a única alternativa para resolver a denominada “criminalidade”. Nesse sentido, a mídia de Mato Grosso vem divulgando títulos de reportagens tais como:

-Índices de violência em Cuiabá estão cada vez mais preocupantes (TV Gazeta, 17 de julho, 2015);

-Índices de criminalidade em Mato Grosso deixa governo em alerta (CircuitoMT, 6 de jan de 2015);

-Cuiabá passa por momento crítico de violência, diz secretário de Segurança (G1 MT, 15 de fev. 2016);

- Violência explode em Cuiabá e VG (FolhaMax, 19 de jan.2017);
- Operação policial deve cumprir 69 mandados na 'cracolândia' de Cuiabá (G1MT,14 dez.2016);
- Polícia fecha "cracolândia" e caça 69 traficante em Cuiabá (FolhaMax, 14 dez.2016).
- Execução à luz do dia assusta moradores do Novo Milênio (RepórterMT,16 de fev.2016).

E conteúdos de reportagens como

"BAIRRO SEGURO": Força-tarefa da Segurança sai às ruas para prender 200 bandidos procurados em Cuiabá e VG. "Com uma força-tarefa formada por policiais civis e militares, a Secretaria de Estado de Segurança Pública deflagrou, na manhã desta sexta-feira (2), mais uma etapa da Operação Bairro Seguro. O foco é o combate a homicídio, roubo e tráfico de drogas. A ação integrada abrange todos os municípios de Mato Grosso e reúne mais de 2 mil profissionais das forças de Segurança Pública, entre policiais civis e militares, bombeiros, peritos e agentes do Detran. O objetivo é cumprir 191 mandados de prisão e 302 de busca e apreensão. O efetivo envolvido diretamente nesta etapa inclui 916 policiais civis, 1.175 policiais militares e 350 viaturas, com apoio das aeronaves do Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopaer). Estratégia inclui ainda centenas de ações ostensivas e preventivas ao longo das próximas 24 horas, tais como blitzes, bloqueios, fiscalização de estabelecimentos comerciais e abordagens de veículos e pessoas. "Mais uma vez vamos demonstrar a capacidade de integração e, mais importante, de interação entre as forças de segurança pública. Só assim é possível concretizar uma operação desse porte. Quem ganha é a sociedade, que se sente mais segura", disse o secretário Rogers Jarbas (Release da assessoria da Polícia Judiciária Civil (PJC) reproduzido na íntegra no Página Única, 2 de Dez. de 2016).

Segundo especialistas e estudiosos dos Direitos Humanos o uso constante dessas expressões cumpre basicamente duas funções: a desumanização de atores sociais envolvidos e a redução dos conflitos sociais a meras questões policiais. Diante dessa banalização, a sociedade de um modo geral passa a aceitar as ações policiais violentas como algo normal e necessário. É comum ler-se nos espaços destinados a leitores, logo após notícias sobre as mortes (execução) de pessoas em "confronto" com a polícia, elogios e aplausos para os policiais e comentários: "bandido bom é bandido morto", "mais um que foi pro inferno", "CPF dado baixa com êxito".

A fim de compreender isso, utilizamos o trato da mídia ao noticiar violência e a "Operação Bairro Seguro". Em fevereiro de 2016, de maneira uníssona, os veículos de comunicação destacavam o alto índice de violência após a divulgação de pesquisa da Faculdade Latino-Americano de Ciências (Flacso):

"Mato Grosso é o 11º estado brasileiro com mais mortes causadas por arma de fogo. Cuiabá aparece em 14º no ranking das capitais, com média de 34,7 morte por grupo de 100 mil habitantes (G1 MT, 25/agos.2016).

"4 cidades de MT estão entre as 150 com mais mortes por arma de fogo. Cidades são Primavera do Leste, Várzea Grande, Rondonópolis e Colniza. Mapa da Violência foi divulgado nesta semana por sociólogo do instituto (G1 MT26/agos.2016).

Com imagens sensacionalistas, textos subjetivos e locuções dramáticas, após entrevista coletiva do então secretário de Estado de segurança, Fábio Galindo, a mídia

alarmava os índices de violência:

“Cuiabá passa por momento crítico de violência, diz secretário de Segurança. Secretário reconheceu cenário preocupante da criminalidade na capital. Redução do número de assassinatos entre 2014 e 2015 foi de apenas 5%” (G1MT, 15/fev.2016).

A maneira como a mídia local trata o fenômeno da violência a impressão que fica é a de que o Estado perdeu o controle e é cada um por si. Na avaliação de Sodré (1992, p. 1992), na maneira como divulga os acontecimentos, a mídia “simula padrões e consensos de conduta e produzem poderosas e eficientes formas de ser e de estar no mundo, mocinhos e bandidos, heróis e vilões”.

Em abril de 2016, os mato-grossenses assistiram pela televisão, ouviram nos rádios, e leram em sites e noutras mídias sociais, as estratégias adotadas pelo governo no “combate à criminalidade” com o lançamento a Operação “Bairro Seguro”. Era a resposta do Estado no combate a denominada criminalidade. Foram cenas cinematográficas, fotos espetaculares. As ruas foram tomadas por policiais, principalmente nos bairros considerados “violentos”, tudo para causar a sensação de segurança como disse à imprensa o então comandante da PMMT, coronel Gley Alves, as ações “tem como objetivo aumentar a sensação de segurança da população e atuar com a presença ostensiva e prevenção de crimes” (G1 MT, 2016).

- Comando Regional elenca os sete bairros mais violentos de Cuiabá em 2013; Pedra 90 lidera. Para um trabalho com mais efetividade e agilidade na questão de prevenção a criminalidade, a Polícia Militar elencou os sete bairros mais violentos da capital e estuda formas de minimizar casos de homicídios e tentativas de assassinatos em Cuiabá. De acordo com o coronel Jair Metello Costa, comandante do 1º Comando Regional, o fator primordial de tudo isso é o alcoolismo (Olhar Direto, 12/out.2016).

- Bairros violentos serão monitorados por caminhão com 14 câmeras em MT. Unidade móvel da Polícia Militar irá visitar o Bairro Grande Terceiro. Operação deve passar pelos bairros com altos índices de violência. Nesta primeira etapa [...] dois profissionais vão monitorar as câmeras que têm alcance de três mil metros de distância. Além disso, de acordo com tenente da PM, Alexssandro Marcondes Freitag, existe ainda a base móvel com dois policiais à disposição da população e as rondas policiais (g1 MT, 2014).

Os resultados das operações em números divulgados pelos veículos de comunicação revelam a semantização de notícias e como a imprensa assume - sob o manto da imparcialidade, da objetividade e de um compromisso com seu leitor – o de melhor informar – o discurso dos planos de governo.

2.3. Uma Questão de Polícia

Essa realidade construída diariamente nos noticiários, numa espécie de conluio entre o Estado, que faz da violência uma ferramenta política, e a imprensa que faz do medo por ela construído uma estratégia de venda é o espaço ideal para o lançamento

de “ações de combate à criminalidade” a exemplo do Bairro Seguro.

Vale salientar que o Bairro Seguro revela que em Mato Grosso, o Estado ainda trata a segurança pública como questão de polícia, nos moldes da política social dos anos de 1930. As propagandas governamentais não deixam dúvidas sobre as estratégias e são sempre as mesmas: mais policiais, mais viaturas, mais armas.

Como parte do programa de recomposição do efetivo da Segurança Pública, o governador Pedro Taques e o secretário de Segurança Pública, Fábio Galindo Silvestre, autorizaram o início do processo para um novo concurso público (...) o incremento de mais profissionais faz parte do programa de recomposição do efetivo da Segurança Pública (GAZETA DIGITAL, 1/fev.2016)

Taques autoriza concurso público com 2.442 vagas” (canal You Tube)

Desde 2015, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) promoveu a contratação de 3.550 novos profissionais, entre policiais militares (1.951), civis (1.074) e bombeiros (447). Neste ano, o Governo do Estado autorizou o início do processo para novos concursos públicos para a Segurança Pública. Serão 2.442 vagas para a Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil e Politec, com editais previstos para este ano. [...] convocação de 107 soldados do cadastro de reserva do último concurso público [...] a aquisição de 1.200 pistolas, 40 fuzis, 50 sub-metralhadoras HK, 40 metralhadoras e 100 pistolas Glock para as polícias Civil e Militar. Foram adquiridas 88 novas caminhonetes modelo L 200 Triton, com padrão internacional de identidade visual para as polícias Civil e Militar [...] além de 17 viaturas modelo Pálio. [...] 174 novas motocicletas equipadas para realização de patrulhamento ostensivo da Polícia Militar. E iniciou testes para a aquisição de 200 caminhonetes modelo SUV, com tração nas quatro rodas (PORTAL DO GOVERNO, 2016)

E outra campanha (veiculada no rádio e na TV e no canal YouTube) com o título sugestivo “Por dentro das transformações” informa sobre apreensões, aquisições de armas, coletes e contratações de 3.550 novos agentes e 466 novos veículos (PRIMEIRA HORA, 2016).

Conforme o promotor público Alexandre de Matos Guedes, da 7ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Mato Grosso, “uma administração pública que privilegie apenas o aumento dos agentes de segurança (...) apenas irá contribuir para o fracasso e ineficiência das políticas de segurança, em prejuízo do interesse público (FOLHAMAX, 2017)”.

Costa (2004) entende que a prática de controle social baseada numa cultura autoritária e no uso ilegítimo da força (excesso de poder) compromete o Estado Democrático e atenta contra os direitos humanos. Ele entende que,

[...] é preciso construir políticas de segurança social e entender que segurança pública não é coisa apenas de especialistas, mas uma construção social que pressupõe a participação de policiais, criminólogos, sociólogos, psicólogos, administradores, legisladores e toda sociedade civil organizada. (IBID., pag. 15)

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas considerações foi possível inferir que, diferente do que se acredita, e longe do que se cristalizou no senso comum, a imprensa não é neutra, não é imparcial, não é racional, não é comprometida com a ‘verdade dos fatos’ como se autodenomina. Ao contrário, é uma empresa que, para além dos produtos que comercializa, proporciona mais do que ganhos econômicos. Ela gera acúmulo de poder político que, por sua vez, possibilita mais inserção, mais poder econômico, e mais poder político num círculo vicioso que se alimenta e retroalimenta das suas próprias ações. Nesse sentido, a cobertura jornalística de qualquer assunto traz implícito esse poder.

Quanto mais dramatizada a situação, quanto mais apontada a culpa do acusado, quanto mais incensada sua punição exemplar, mais venda se faz do produto notícia, seja por meio de audiência televisiva ou radiofônica, por *clicks* eletrônicos, por meio de venda de jornais.

Optando por observar títulos e manchetes das notícias veiculadas no período estudado, o resultado nos permitiu perceber como os fatos são construídos, reiterando-se estereótipos e preconceitos, às vezes de maneira muito sutil, como estratégia que reforçam o *senso comum* moldado pelos meios de comunicação. Constatou-se que as notícias usam, quase sempre, os mesmos “jargões” policiais ao fazer referência aos envolvidos, presos ou detidos para verificações, quando escrevem as ocorrências.

As notícias veiculadas no período estudado apresentam sempre as versões oficiais da polícia e assim consolidam a dita opinião pública que é direcionada a aceitar as ações policiais aos moldes do Bairro Seguro como “legal e necessária”. A impressão que fica é que as notícias são relatórios diários dos plantões policiais e ao invés de informar se atem a formar opiniões de acordo com o sistema.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo Social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BORGES, Vânia Coutinho Quintanilha; BORGES, Wilson Couto. **A materialidade do medo: o papel da narrativa jornalística na ampliação deste estado afetivo**. In: *Revista Contracampo*. Niterói, v. 26, n. 1, p. 106-125, abril, ano 2013.

COSTA, Letícia M. Pinto da. **Vozes dissonantes na imprensa do interior: a produção e a recepção do jornal “A Voz do Vale do Paraíba”**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - PósCom-Umesp, São Bernardo do Campo, 2002.

IANNI, Octávio. Crítica Marxista. **DOSSIÊS Ano: 1998**. São Paulo. No link http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=7&numero_revista=7

http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie10Dossie1.pdf

LIMA, Tatiane. **O Medo e a Mídia: a Equação Perigosa da Segurança Pública do Rio de Janeiro.** Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVI Congresso de Ciências na Região Sudeste- São Paulo/SP. 12 a 14 de maio de 2011. Acessado no link:

http://www.academia.edu/5280754/O_Medo_e_a_M%C3%ADdia_a_Equa%C3%A7%C3%A3o_Perigosa_da_Seguran%C3%A7a_P%C3%BAblica_do_Rio_de_Janeiro. Em 20/01/2017

REFERENCIAS ELETRÔNICAS

BALAS PERDIDAS Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência. Disponibilizado em

<<http://www.andi.org.br/sites/default/files/BalasPerdidas.pdf>>. Acessado em: <25/05/2016>.

ZHGauca. Disponibilizado em: <

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/policia/noticia/2016/10/seguranca-privada-fatura-bilhoes-e-emprega-mais-que-a-policia-7785801.html>. Acessado em: < 12/01/2017>.

BELUZZO. Could “negative” news coverage of statins lead to thousands of heart attacks and strokes? No link <http://www.vox.com/2016/6/29/12057696/bmj-study-statins-media-influence-health> **e no** How bad reporting on statins may have led thousands to quit their meds no link <http://www.vox.com/2016/6/29/12057696/bmj-study-statins-media-influence-health> Acessado em: < 01/01/2016>

Entrevista em “O Povo Online” em 18/01/2008 e reproduzidas pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Acessado em: <25/05/2016>. Disponibilizado no link: <http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1495&Itemid=29>.

ZHGauca: Disponibilizado em: <

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/policia/noticia/2016/10/seguranca-privada-fatura-bilhoes-e-emprega-mais-que-a-policia-7785801.html>. Acessado em: < 12/01/2017>.

Comando regional elenca os sete bairros mais violentos de Cuiabá. Disponibilizado em: <http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Comando_Regional_elenca_os_sete_bairros_mais_violentos_de_Cuiaba_em_2013_Pedra_90_lidera&id=343457>. Acessado em: < 07/02/2017>

Canal You Tube. Disponibilizado no link: < <http://https://www.youtube.com/watch?v=Ps5a0U0dGGE>>. Acessado em: <15/02/2016>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

